

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.612.545 - DF (2019/0327921-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : INARA LOPES DA SILVA
AGRAVANTE : JOSELIA LUCIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - DF027474

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO. EXONERAÇÃO DE AVAL. CELEBRAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL ENTRE A DEVEDORA PRINCIPAL E O BANCO CREDOR. AGLUTINAÇÃO E PARCELAMENTO DE DÍVIDAS. NOVAÇÃO. INOCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE EXONERAÇÃO DA GARANTIA PRESTADA. 1. De acordo com o inciso I do artigo 360 do Código Civil, ocorre novação quando o devedor contrai nova dívida com o credor, para extinguir e substituir a anterior. 2. Nos termos do artigo 361 do Código Civil, "*Não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito mas inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira*". 3. A mera aglutinação de dívidas para fins de pagamento parcelado, mediante acordo extrajudicial, não caracteriza novação da obrigação. 4. O fato de terem sido incluídas dívidas em face das quais as autoras não prestaram aval não tem o condão de extinguir a garantia prestada, na medida em que, no acordo celebrado, ficou convencionado que o inadimplemento por parte da devedora principal tornará exigível a dívida originária. Assim, em caso de inadimplemento do acordo, somente poderá ser exigida das autoras a garantia prestada nas cédulas de crédito bancário nas quais figuraram como avalistas 5. Evidenciado que o acordo de pagamento celebrado entre a devedora principal e o credor não objetivou extinguir a obrigação originária, mas simplesmente facilitar a quitação do débito, incabível a exoneração do aval prestado pelas autoras. 6. Apelação Cível conhecida e não provida.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, apontam as agravantes violação dos artigos 352,

360 e 364 do Código Civil; e 6º do Código de Defesa do Consumidor.

Aduzem que houve alteração substancial do contrato lastreado por duas cédulas de crédito bancário que são avalistas, bem como não foram informadas da novação operada entre o avalizado e a casa bancária.

Relatam que mediante contrato de renegociação de dívida, o devedor aglutinou as dívidas contraídas com o banco credor, inclusive pela impontualidade das duas cambiais que avalizaram, pactuação que estabeleceu prazo e valores distintos das cártulas por elas avalizadas, além disso não houve individualização do montante do débito originário abatido em cada parcela.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

No caso dos autos, o Tribunal de origem baseou-se na interpretação de fatos, cláusulas contratuais e provas para concluir que não houve exoneração do aval concedido pelas agravantes, deixando registrados os seguintes termos (fl. 200, e-STJ):

No caso em apreço, as autoras/apelantes afirmam que houve novação quando da celebração do acordo entre a devedora principal. Cristilene ..., e o banco réu para unificação dos débitos e seu parcelamento, sobretudo porque a referida unificação comportou débitos oriundos de contratos nos quais não figuraram como avalistas.

Da análise dos acordos celebrados (fls. 23/28), embora, efetivamente, tenha havido a unificação dos débitos e o seu parcelamento, verifico que todos eles estipulam que "em caso de não cumprimento integral deste compromisso (pagamento de todos os boletos, no prazo), a dívida voltará a ser cobrada pelo seu valor original e as pagas constituirão mera amortização do saldo devedor" (cláusula 11)

Dessa forma, tendo ficado consignado que o inadimplemento do acordo de parcelamento do débito levaria a dívida ao seu valor original, fica claro que não houve o *animus novandi* pelas partes, mas apenas houve a intenção parcelar o débito para facilitar o adimplemento das obrigações assumidas pela devedora.

Ademais, o fato de terem sido incluídas dívidas em face das quais as autoras não prestaram aval não tem o condão de extinguir a garantia, na medida em que o inadimplemento por parte da devedora principal tornará exigível a dívida originária.

Por conseguinte, em caso de inadimplemento do acordo firmado pela devedora principal com o banco réu, somente poderá ser exigida das autoras a garantia prestada nas cédulas de crédito bancário nas quais figuraram como avalistas.

Portanto, evidenciado que o acordo de pagamento celebrado entre a devedora e o credor não teve o condão de extinguir a obrigação originária, mas simplesmente facilitar a quitação do débito, incabível a exoneração das garantias de aval prestadas pelas apelantes.

De modo que, rever a conclusão a que chegou o acórdão recorrido demandaria inevitável apreciação das cláusulas contratuais, bem como o reexame de matéria fática, procedimentos vedados em sede de recurso especial, a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. ENTENDIMENTO NO SENTIDO DA AUSÊNCIA DE NOVAÇÃO. MERO PARCELAMENTO DA DÍVIDA. SÚMULAS 5 E 7/STJ. APLICAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. (...)

2. A segunda instância, analisando o contrato assinado entre as partes, concluiu que não se tratou de novação, mas sim de mera tolerância da locadora. Também estipulou-se que a confissão de dívida visou à quitação de débitos pretéritos, sem a intenção de novar, porquanto não se verificou a busca pela substituição de uma dívida por outra, mas o simples parcelamento da dívida anterior. Essas conclusões foram fundadas na análise de fatos, provas e termos contratuais, atraindo a aplicação das Súmulas 5 e 7/STJ por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1445088/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 19/12/2019)

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FIANÇA. CARÁTER ACESSÓRIO. DÉBITO JÁ VENCIDO. MERA TOLERÂNCIA. CARACTERIZAÇÃO DE TRANSAÇÃO OU MORATÓRIA, A ENSEJAR A EXONERAÇÃO DA FIANÇA. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. A fiança é contrato que tem o propósito de transferir para o fiador o risco do inadimplemento, cumprindo, dessa forma, sua função de garantia. Tem caráter acessório porque depende da existência da obrigação principal para que possa subsistir (fica vinculada à

existência, validade e eficácia dessa obrigação). Por conseguinte, desaparecendo a responsabilidade do afiançado, não mais a terá o fiador.

2. Além das causas que extinguem os contratos em geral, a fiança também encerra-se por atos praticados pelo credor, especificados no art. 838 do Código Civil: a) concessão de moratória (dilação do termo contratual) ao devedor, sem consentimento do fiador, ainda que solidário; b) frustração da sub-rogação legal do fiador nos direitos e preferências; c) aceitação, em pagamento da dívida, de dação em pagamento feita pelo devedor, pois neste caso ocorre pagamento indireto, que extingue a própria obrigação principal.

3. O art. 366 do Código Civil também esclarece que importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consenso com o devedor principal. Com efeito, a transação feita sem anuência do fiador também extingue a fiança. Isso porque transação é o mesmo que acordo, caracterizado pela reciprocidade de concessões, cujo principal efeito é, em regra, pôr fim à obrigação - por outros termos, a transação gera novação.

4. Não havendo a substituição da obrigação em si, de sua natureza, em regra, é inviável falar em novação objetiva, ainda que o credor e o devedor efetuem a renegociação de dívida já vencida, mesmo que implique a redução dos encargos pactuados, a concessão de prazo de carência para pagamento do débito vencido ou a sua redução. Isso porque, se apenas um faz concessão (credor), poderá haver renúncia ou reconhecimento, não uma transação. A dupla concessão é o elemento essencial da transação, é a sua diferença específica em relação a figuras jurídicas análogas.

5. A abalizada doutrina civilista esclarece que moratória a que se refere o art. 838, I, do CC, como causa de exoneração da fiança, consiste em prorrogação de termo, protraindo sua exigibilidade. Não se caracteriza pela simples inércia ante o recebimento do débito vencido e exigível ou mesmo em vista do parcelamento dessa dívida.

6. Embora abstratamente proceda a tese recursal de que a simples tolerância do credor, no tocante ao pagamento de débito vencido, não pode transmutar-se em moratória, hábil a exonerar o fiador da garantia prestada, no caso concreto não encontra respaldo, de acordo com o que foi apurado pelas instâncias ordinárias. Conforme consignado no acórdão recorrido, apenas a primeira concessão de moratória teve anuência dos fiadores, ficando estabelecido que o prazo foi protraído para 22 de maio de 1991. Todavia, o "contrato de empréstimo sofreu várias prorrogações além daquelas previstas no primeiro termo aditivo, caracterizando a concessão de moratória - dilação do prazo para o adimplemento da obrigação -, de maneira tal

Superior Tribunal de Justiça

que a dívida se venceu apenas em 01/07/1996".

7. Em vista do averiguado e da correta compreensão do que seja moratória, só se cogitaria em revisão do decidido mediante reexame de provas e interpretação contratual, providências obstadas pelas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

8. Recurso especial não provido.

(REsp 1374184/AL, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 18/12/2019)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, considerando-se suspensão a exigibilidade em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora